

LARA GABRICH

A adequada gestão dos conflitos ambientais e democratização do acesso à justiça

paradigma
emancipatório da
sustentabilidade

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

Copyright © 2021 by Lara Maia Silva Gabrich

Categoria: Acesso à justiça

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

G117a

1193639

Gabrich, Lara Maia Silva

A adequada gestão dos conflitos ambientais e democratização do acesso à justiça : paradigma emancipatório da sustentabilidade / Lara Maia Silva Gabrich. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

236 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 199-218.

ISBN 978-65-5510-568-1

1. Acesso à justiça. 2. Administração de conflitos. 3. Meio ambiente. 4. Sustentabilidade. 5. Direito ambiental. I. Título.

CDD 344

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	XV
Introdução	1
1 O Estado Socioambiental e as Especificidades da Proteção Jurídica do Meio Ambiente na Sociedade de Risco.....	7
1.1 Aspectos da proteção ao meio ambiente e da construção do direito ambiental.....	7
1.2 O Estado Socioambiental de Direito e a CRFB/88.....	11
1.3 O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os princípios fundamentais ambientais no Brasil.....	20
1.4 O contexto da sociedade de risco na modernidade reflexiva e a (in)sustentabilidade como fato	30
1.5 O conflito ambiental na sociedade de risco e o bem jurídico ambiental.....	44
2 Acesso à Justiça em Matéria Ambiental	59
2.1 Conceito e natureza jurídica do acesso à justiça e a concepção ambiental	59
2.2 Obstáculos ao acesso à justiça e ondas renovatórias	80
2.3 A crise da gestão dos conflitos ambientais no paradigma jurisdicional e a necessidade de democratização do acesso à justiça em matéria ambiental	96

3 A Democratização do Acesso à Justiça e as Formas Adequadas de Solução de Conflitos Ambientais	119
3.1 A Política Nacional de tratamento adequado dos conflitos e o Tribunal Multiportas: métodos de solução adequados e a possibilidade de aplicação nos conflitos ambientais	119
3.2 Solução consensual de conflitos ambientais: negociação, conciliação e mediação como instrumentos de efetividade da proteção do meio ambiente	144
3.3 Solução adjudicada de conflitos ambientais: a arbitragem ambiental, a adequada jurisdição ambiental e a tipologia dos litígios coletivos.....	169
Considerações Finais	187
Referências	199